

TRANSIÇÃO TERMINADA: CRISE SUPERADA?

José Luis Fiori

I — Introdução

Muitos localizam o início da transição democrática brasileira em 1974, ano em que a Arena — partido de sustentação parlamentar do regime militar — sofreu inesperado revés nas eleições parlamentares e o novo presidente, general Geisel, recém-eleito e empossado, declarou sua intenção de levar a cabo uma abertura lenta e gradual do sistema político, na direção de um pluralismo limitado e sob tutela militar. Outros consideram que o processo foi deslanchado pela intensificação do conflito sindical ocorrido em 1978/79, pouco antes da anistia política concedida pelo governo Figueiredo — com a aprovação do Congresso Nacional — e da suspensão do AI-5, instrumento legal outorgado em que se apoiou o exercício do arbítrio autoritário.

Na verdade, a derrota eleitoral do governo nas primeiras eleições diretas para governador (realizadas em 1982), somada à aceleração de uma crise econômica que se anuncia em 1979 e assume uma nítida característica recessiva a partir de 1981, parece ter produzido um declínio da coesão interna do regime e uma perda progressiva de sua capacidade de enfrentar os conflitos e gerir a crise que se avolumava ano após ano.

Inicia-se aí a verdadeira crise do regime autoritário, a partir da qual redesenham-se, de forma progressiva, os pactos e coalizões, permitindo um incremento das forças opositoras, sobretudo no colégio eleitoral responsável pelas eleições indiretas do presidente da República — graças, em grande parte, à decomposição da coalizão situacionista e à imigração de seu segmento mais liberal para a aliança opositora, articulada em torno da candidatura presidencial de Tancredo Neves.

Em março de 1985, com a posse do vice-presidente Sarney — antigo aliado do regime militar — e a repentina doença e morte de Tancredo Neves, inicia-se o estágio intermediário da transição, culminando com a eleição direta de Fernando Collor de Mello, em 17 de dezembro de 1989. Este período, que tem seu momento decisivo na promulgação da nova Constituição em outubro de 1988, ficou conhecido como Nova República e constituiu-se, hipoteticamente, no momento cen-

Este artigo foi escrito em janeiro de 1990, e apareceu em versão preliminar restrita ao Instituto de Economia Industrial da UFRJ sob o nome de "Ainda uma Vez a Transição: e Agora, Fernando?".

tral de uma transição que entraria, agora, em sua fase de consolidação ou institucionalização.

Entretanto, essa trajetória jurídico-política vem sendo permanentemente atropelada e ameaçada pela acelerada e descontínua evolução de uma crise econômica que tem seu epicentro na ruptura do padrão de financiamento público. Uma crise que extrapola o nosso plano econômico-financeiro e alcança o fundamento orgânico do Estado, atingindo e desorganizando, simultaneamente, seu pacto de sustentação e estratégia de expansão, bem como sua organização burocrático-administrativa e sua capacidade de gestão dos serviços e atividades produtivas. Tudo isto condensado na forma de um "encilhamento financeiro" cujo impacto negativo sobre a dinâmica macroeconômica ainda perdura, afetando decisivamente a capacidade de crescimento da economia e desorganizando a bem-sucedida estratégia desenvolvimentista das últimas décadas.

A perplexidade intelectual, a incerteza econômica e a insegurança política que perduram na sociedade brasileira — apesar da nova Constituição e da realização de eleições diretas, universais e competitivas — relacionam-se mais com esta crise do que com a trajetória linear da transição jurídico-política do regime autoritário. Nestes últimos cinco anos, a primeira manifestou-se de forma mais visível no descontrole da política econômica governamental, enquanto a segunda encenou-se no Congresso Nacional transformado transitoriamente em poder constituinte. Mas suas trajetórias não foram autônomas e, com frequência, interatuam de forma negativa, na medida em que por trás de ambas desdobra-se, desde o fim da década de 70, a entropia final de nosso *Estado desenvolvimentista*, tal como foi concebido e constrangido desde os anos 30, no Estado Novo dos militares, de Vargas e das várias oligarquias regionais coligadas.

A incompreensão deste processo mais profundo que atropela a todo momento a transição jurídico-política guarda um relacionamento com a destruição das expectativas que estiveram associadas ao início da transição do nosso autoritarismo e à rápida decomposição da Aliança Democrática constituída como base político-parlamentar da Nova República. Relaciona-se também com a fragorosa decomposição dos dois grandes partidos que ali se coligaram, e muito particularmente, do PMDB, frente democrática de resistência que no período ditatorial lutou pela redemocratização através da convocação de uma Constituinte e de eleições diretas. Dois objetivos alcançados simultaneamente com a falência da frente democrática reunida no PMDB.

Em 1985, a expectativa de sucesso de uma transição sem rupturas, ditada pelas elites e sem participação direta do povo, assentava-se na certeza de que a abertura do sistema político se faria sobre as bases de uma estrutura industrial consolidada, com dinâmica própria e, talvez o mais importante, dentro de um sistema de relações econômicas capaz de superar os problemas conjunturais sem comprometer o crescimento industrial.

Nesta perspectiva, o peso da dívida e a aparente vulnerabilidade externa não chegavam a desfazer a crença de que as conquistas acumuladas pelo aprofundamento da industrialização haviam criado bases sólidas para impedir que crises econômico-financeiras fossem transformadas em crise global do Estado. A instabilidade econômica era considerada transitória, quando não conjuntural. A estabilidade de longo prazo do modelo desenvolvimentista parecia assegurada pela própria complexidade da estrutura produtiva e pela extensão das relações de mercado que, apesar da miséria, aglutinavam a população economicamente ativa.

Tais convicções contribuíram para explicar a forma articulada com que se produziu a passagem institucional de poder e a aceitação da idéia de que o Estado de direito reporta às condições necessárias para algumas reformas estruturais a serem empreendidas a médio prazo.

A passagem da expectativa à perplexidade deu-se com o fracasso das sucessivas tentativas de contenção do processo de inflação ascendente e, logo em seguida, da economia em geral.

As várias políticas de estabilização tornaram cada vez mais visível que o endividamento crescente do Estado não permitia mais a compatibilização eficiente de seus múltiplos papéis, e que, por outro lado, um ajuste do próprio Estado teria altos custos político-sociais, na medida em que envolvesse reformas administrativas e patrimoniais e um verdadeiro choque fiscal e, sobretudo, uma profunda revisão dos limites e compromissos implícitos no seu pacto de dominação. Assim, nestes cinco anos da Nova República, as dificuldades econômicas sempre caminharam lado a lado com as negociações políticas, sobretudo dentro da Constituinte, onde os vários grupos de interesses setoriais, regionais e corporativos buscavam fixar no texto da nova Constituição não apenas as bases do Estado de direito, mas também a garantia de suas privilegiadas posições e de suas "benesses" futuras. Esta é a razão pela qual as discontinuidades da ação econômica do Executivo e o compêndio de particularismos em que foram transformadas as "disposições transitórias" do novo texto constitucional aparecem, para muitos, como a explicação última do fracasso das expectativas otimistas depositadas em uma "transição sem ruptura", quando, na verdade, foram apenas manifestações ou conseqüências de uma crise que tem no endividamento público interno e externo, na aceleração inflacionária e na desaceleração da taxa de crescimento, as várias faces de um mesmo e esfingético poliedro: uma crise política e econômica cujas manifestações predominantemente financeiras põem em questão as bases sociais e políticas, além da organização institucional do nosso *Estado desenvolvimentista*, confirmando de alguma maneira nossa leitura das posições antiestatistas defendidas pelas elites empresariais nos últimos quatro anos do regime autoritário, quando dizia-se que "o mais provável é que a batalha pela desestatização encubra longo período de luta e incerteza, quando estarão sendo definidas as regras de gestão política e econômica que ocorrerá, inevitavelmente aproveitando as fronteiras abertas pelos atuais horizontes tecnológicos. Nesse período de crise e reformas, entretanto, deverão ser solucionados os problemas postos pelos poderes discricionários do centralismo estatista. No caminho não é improvável um estilhamento do poder do Estado [...]" (Fiori, J.L. , 1984, p. 219).

Por isso, nossa visão de que a transição democrática brasileira, depois de quase cinco anos da Nova República, encontra-se ainda hoje, neste momento pós-eleitoral, frente a um desafio cuja gravidade aumenta a cada momento e cuja explicação vai muito além da *fortuna e virtude* de nossa classe política. Essa classe teve suas expectativas iniciais atrozmente negadas pelo avanço de uma crise que não foi corretamente diagnosticada e hoje ameaça de maneira nefasta o processo de democratização. Atualmente, qualquer balanço da Nova República conjuga simultaneamente os grandes avanços político-institucionais representados pelo encerramento dos trabalhos do Congresso Constituinte, a eleição do novo presidente da República, com o estrondoso insucesso da política econômica decretado por uma inflação que se aproxima dos 60% ao mês, e por uma dívida pública que paralisou a autoridade econômica anunciando, de forma ameaçadora, a falência da moeda nacional e a insolvência do Estado.

II — Um breve balanço da "Nova República"

Pelas razões apontadas, qualquer juízo sobre os caminhos tomados atualmente pela transição democrática brasileira — e sobretudo em relação às perspectivas de consolidação futura — envolve uma análise dos conflitos embutidos no novo texto constitucional e na impotência econômica do Estado.

Com relação à primeira questão, pode-se afirmar que o poder constituinte cumpriu sua tarefa com razoável eficiência, levando a bom termo a reivindicação mais antiga das forças democráticas. A nova Constituição e as eleições presidenciais diretas, recém-realizadas, esgotam o conteúdo básico do pacto democrático subscrito pelas elites e articulado por Tancredo Neves em 1984. Se a nova Constituição é excessivamente detalhista sob alguns aspectos e se cedeu demasiadamente aos particularismos corporativistas em outros, foi extremamente feliz, quando não moderna, na definição dos direitos individuais e sociais, avançando significativamente no campo dos direitos trabalhistas — direitos que ainda terão de ser consagrados na forma de leis complementares ou ordinárias.

Conservadora quanto à organização sindical, cedeu a pressões contraditórias e gerou uma "colcha de retalhos" no capítulo da "Ordem econômica", avançando, entretanto, de maneira decisiva, no próprio campo da reorganização do Estado. Assim mesmo, do ponto de vista econômico, a transição ainda não está concluída. Prescinde de uma legislação complementar, quando se dará a verdadeira luta pela transformação das normas aprovadas em direitos reconhecidos e respeitados. Normas anacrônicas ou inadequadas serão, certamente, superadas pelos fatos ou reformadas pelo próprio Congresso. Desde já pode-se prever um prolongado e decisivo conflito em torno das mudanças do Estado e do sistema político contidos no texto constitucional. Nesta questão, o poder constituinte criou as bases de um conflito futuro inevitável ao propor uma reforma descentralizante — no momento em que o Estado, falido, busca se recompor financeiramente — e ao montar a forma presidencial do governo, passando ao Parlamento um poder inusitado, pelo fato de não acreditarmos que a Constituinte tenha dito a última palavra sobre este assunto. Pelo contrário, estamos certos que o que foi promulgado intensificará, pelo menos a curto prazo, os conflitos e confrontações em todos os níveis, especialmente no interior das várias instituições e instâncias do próprio Estado, entre o governo central e os governos locais, entre o Executivo e o Legislativo.

Na outra face da Nova República, o governo e sua política econômica foram muito menos eficientes: nem equacionaram os problemas de curto prazo, nem lograram definir uma estratégia coerente e sustentada de retomada dos investimentos e do crescimento necessário ao desbloqueio da relativa estagnação econômica de toda uma década. Durante estes cinco anos de "Nova República", sem que houvesse a alternância de governo articularam-se, através de reformas ministeriais de curtíssimos e insustentáveis espaços de tempo, várias alianças, costuradas em torno de quatro modelos distintos — quando não excludentes — de política econômica, conduzidos, sucessivamente, pelos ministros Francisco Dornelles, Dilson Funaro, Luís C. Bresser e Maílson da Nóbrega.

Com exceção do período áureo do Plano Cruzado do ministro Funaro, em nenhum outro momento o governo conseguiu somar o apoio da opinião pública e das elites empresariais à eficiência necessária para a implementação de qualquer das quatro estratégias. Mesmo ao nível das "macroforças" sócio-econômicas e suas

representações corporativas e políticas não se consolidou qualquer aliança mais orgânica num segmento que combinasse o ortodoxo ou heterodoxo combate à inflação com uma proposta de longo prazo para a retomada do crescimento econômico.

Nessa perspectiva, aliás, é importante reconhecer que o presidente Sarney, ao cumprir um papel eminentemente passivo, abriu espaço para todas as composições e alternativas disponíveis de política econômica. Mas, na medida em que não conseguiu sustentá-las politicamente, nos momentos decisivos de sua implementação, contribuiu para um desgaste acelerado do estoque de idéias disponíveis e para o descrédito da autoridade econômica.

Nesse sentido, um balanço global do período nos diria que as várias políticas econômicas experimentadas fracassaram, mostrando-se incapazes de desfazer o nó financeiro do setor público. Durante este tempo, as dívidas públicas interna e externa — somadas à suspensão do crédito externo e às altas taxas de inflação vigentes — tornaram impossível implementar políticas monetária e fiscal autônomas, acentuando-se cada vez mais a impotência do Estado frente à necessidade de alguma forma de consolidação das dívidas ou arbitragem dos ônus, evitando-se que o problema do seu financiamento corrente e do serviço de sua dívida acabasse asfixiando o financiamento de longo prazo da economia.

Mas a proposta de desvalorização ou consolidação das dívidas externas e/ou internas, tanto quanto a proposta de enxugamento do gasto público, supõe um poder de arbitragem e uma capacidade de hierarquização de prioridades e recursos que a Nova República não teve. Apesar de tudo isto, e paradoxalmente, o Estado falido e impotente ainda mantém a chave do enigma: possui a dívida que o faz *pivô* inevitável do iminente conflito na distribuição da riqueza, através da alocação dos custos da crise.

Resumindo, coube ao governo Sarney e à "Nova República" conviver com uma difícil transição jurídico-política, profundamente afetada pela crise do Estado e o esgotamento da estratégia desenvolvimentista. Uma situação compartilhada, apenas em parte, com os demais países devedores da América Latina. Uma situação única, entretanto, na medida em que — no caso brasileiro — a crise da década de 80 desorganizou o mais bem-sucedido projeto de industrialização latino-americano alavancado por um Estado modernizante, ainda que cartorial, sustentado por uma esdrúxula e conservadora aliança liberal-desenvolvimentista, agora em processo de decomposição ou reorganização. Neste ponto encontra-se a especificidade da transição democrática brasileira: ela coincide e interatua de forma extremamente complexa com uma crise de Estado orgânica, que sinaliza o possível esgotamento do projeto desenvolvimentista na forma em que foi concebido e sustentado a partir de 1930 no Brasil. Esta não foi, contudo, a visão que orientou os articuladores da "transição sem ruptura", fosse a idealizada pelo general Golbery, fosse a concebida por Tancredo Neves. Faltou-lhes a percepção da verdadeira natureza da crise, encoberta pela derrubada do autoritarismo.

III — A forma financeira da crise

O projeto desenvolvimentista de industrialização, na América Latina e também no Brasil, esteve sempre constrangido pela condição "periférica" de nossos Estados sem espaço para uma expansão imperial e dirigidos por elites com escassa vocação prussiana¹.

(1) Componente essencial de nosso padrão de modernização industrial, analisado em dois de nossos trabalhos anteriores: *Instabilidade e Crise do Estado na industrialização Brasileira*, tese para concurso de professor titular, UFRJ, 1988; e "Leitura Política de uma Industrialização Tardia", IIE-UFRJ, 1989 (Textos para discussão nº 220).

Graças a isto o projeto desenvolvimentista apresentou, em todos os momentos de sua realização, graves problemas de financiamento, responsáveis nos descensos cíclicos da economia por explosões inflacionárias, que obrigaram à realização de reformas fiscais e monetárias voltadas para o rearranjo do esquema de financiamento, em particular do setor público, elemento central de sua estratégia. Essas sucessivas reformas fiscais de emergência, e do próprio padrão monetário — fazendo uso do poder arbitrário do Estado sobre o "dinheiro e as normas" —, se resolveram as dificuldades imediatas e as necessidades de custeio, nunca lograram solucionar de forma permanente o problema do financiamento a longo prazo sem recorrer aos capitais externos na forma de investimentos ou endividamento.

Na ausência de um mercado de capitais e de um sistema privado de bancos solidários com o processo — incompleto — de monopolização do grande capital, o Estado foi obrigado a lançar mão da política cambial, creditícia (através dos compulsórios ou de dívida interna) e do endividamento externo para, através dos seus fundos, programas e agências financeiras, aglutinar e aportar as massas de recursos financeiros necessários para os projetos de larga escala e longos prazos de maturação, sobretudo os envolvidos pela industrialização pesada. Esforço estatal que levou inapelavelmente, nas reversões cíclicas, a crises fiscais de grandes proporções. Nesses momentos, absolutamente recorrentes em nossa trajetória desenvolvimentista, a crise pôde ser superada quando o fornecimento de recursos externos esteve assegurado e na medida em que as reformas fiscais de emergência, ou as mudanças do sistema tributário, suportaram o financiamento corrente do setor público. Assim mesmo, durante estas "crises de estabilização", o arrocho salarial e os cortes de gastos afetaram fortemente as "lealdades" verticais e a "soldagem" horizontal dos interesses confederados. Além disso, a autonomia financeira das empresas estatais foi constantemente afetada, e fortemente atingidos os investimentos convencionais responsáveis pela qualidade dos serviços públicos e pelos sistemas de transporte e comunicações.

Nesses momentos, as pressões em favor da "socialização das perdas" e o descontentamento dos assalariados somaram-se num ataque pesado contra o Estado. Este, acuado, tendo de arbitrar um crédito escasso e administrar uma moeda em crise, buscou sua solução em duas direções: impondo uma nova "credibilidade" através da centralização do poder — realizada geralmente de forma autoritária — e "fugindo para frente" com apoio de recursos externos, como forma de evitar uma difícil arbitragem das perdas ou reconsideração dos compromissos situados na base de sustentação do próprio Estado que capitaneou o projeto desenvolvimentista.

Sem querer afirmar hipóteses mecanicistas, há que reconhecer em nossa história uma "incorrigível" afinidade entre estas "crises de estabilização econômica" e as crises de ingovernabilidade, responsáveis pela desestabilização política de vários governos, quando não do próprio regime político em vigor, coincidindo com o que foi amplamente constatado quando acentuaram-se duas dimensões básicas do *Estado desenvolvimentista*:

1) sua dificuldade para implementar políticas anticíclicas de corte keynesiano, resultante do fato de que sua ação desenvolvimentista, ao multiplicar e diversificar os seus espaços de proteção, cristalizou uma heterogeneidade de situações — muitas vezes cartoriais — impermeáveis à ação homogênea dos instrumentos anticíclicos da política econômica, face escondida e cartorial do desenvolvimentismo, que se manifestou em todas as crises, contrapondo-se com sua força política à intervenção reguladora do Estado; e

2) o alto grau de apropriação de seus aparelhos reguladores e decisórios, transformados nas horas de crise em instrumentos de uma luta sem quartel — dentro do próprio Estado — entre os mesmos grupos de interesses protegidos nas fases expansivas e de folgas fiscais. Luta que conduziu, em geral, muito além da ineficácia, a uma progressiva paralisia da política macroeconômica.

Entretanto, quando estas crises "fiscais" internas coincidiram com crises financeiras internacionais — como ao fim dos grandes ciclos de expansão capitalista —, o "encilhamento financeiro" do Estado foi completo, alterando a rota do desenvolvimento e modificando seu padrão de financiamento. Esses momentos parecem coincidir na história brasileira com crises políticas que impuseram profundas e radicais transformações do Estado, atingindo suas funções, sua própria institucionalidade, indo além dos governos e regimes políticos.

Algo análogo parece ter ocorrido na crise da Regência, nos anos 30/40 do século XIX e está ocorrendo nos anos 80 deste século. Nesses períodos se alteraram radicalmente os padrões de operação do Estado. Foram crises orgânicas que afetaram todas as dimensões do Estado como organização e como pacto de dominação. Em cada um daqueles momentos refez-se, rigorosamente, o Estado, reorganizando o seu padrão de financiamento e a estratégia do desenvolvimento sócio-econômico.

Na década de 1930, uma profunda crise econômica e política abriu espaços para que a hegemonia das idéias estatizantes e autoritárias orientasse nossas elites no reajuste de seus compromissos, na construção de um novo Estado extremamente centralizado, responsável pela linha estratégica adotada para viabilizar nossa modernização e a industrialização desenvolvimentista. Nos anos 80 reproduz-se uma crise análoga na qual as contradições que acompanharam aquela estratégia parecem haver encontrado seu limite.

A economia brasileira passou a década marcando passo, depois de crescer durante toda a era desenvolvimentista a uma média de 7% ao ano. Na raiz desta desaceleração esteve a ruptura do padrão de financiamento público, acelerada pela inflação — e pelo efeito — realimentada da própria recessão, sobretudo a incorporação do ônus da crise ao Estado, dada a sua impossibilidade de recorrer indefinidamente ao endividamento externo.

Neste sentido, muito antes do choque externo, o próprio padrão de articulação Estado/mercado na estratégia desenvolvimentista brasileira já concorrerá — através da multiplicação de subsídios e incentivos, da subvalorização periódica dos preços e tarifas públicas e do constante auxílio estatal às instituições privadas insolventes —, desde os anos 70, para uma fragilização progressiva do setor público. Fragilização encoberta pela multiplicidade de orçamentos, dispendiosos, ou gastos, através da caixa preta do orçamento monetário; e, do ponto de vista do financiamento, pelo acesso fácil e barato ao endividamento externo. Com isto, já na década passada, a carga tributária líquida experimentara uma redução de 17,1% do PIB, em 1974, para 12%, em 1980.

Mas foi, sem dúvida, a convergência desta crise fiscal com o esgotamento da capacidade de endividamento externo — provocado pela crise financeira internacional — que acabou estrangulando definitivamente o setor público, pondo em xeque o padrão de financiamento de nossa economia e desorganizando a estratégia desenvolvimentista. Pela estatização progressiva da dívida, o setor público enfrentou em estado de extrema vulnerabilidade o choque dos juros externos de 1979, com um elevado estoque de dívidas em moeda estrangeira (US\$ 48 bilhões), um baixíssimo nível de poupança corrente (1,82% do PIB em 1982 frente

à média de 5,46% dos anos 70) e uma capacidade de autofinanciamento limitadíssima.

Nos três primeiros anos da década de 80, a dívida externa salta de US\$ 64 bilhões para US\$ 94 bilhões e, em resposta, o governo adota um programa de ajuste ortodoxo centrado na contenção da demanda interna para gerar excedentes exportáveis. Assim, os saldos comerciais crescentes destinaram-se a cobrir as despesas com o serviço da dívida externa. A política monetária restritiva e a limitação do crédito contiveram a demanda, mas também desestimularam os investimentos num processo levado ao limite com a interrupção das remessas monetárias, a partir de 1982, e com a retração do investimento público decorrente da desaceleração da atividade econômica. Por outro lado, esta mesma desaceleração atingiu o déficit público obrigando a um maior endividamento interno, que acabou esmaçando qualquer possibilidade de investimento e alimentando os ganhos financeiros do setor privado que permitiram sua completa reorganização patrimonial. No final da década de 80, apenas 30% de seus lucros eram operacionais.

A formação bruta de capital neste período desceu dos 25% do PIB a que chegou nos anos 70, oscilando em torno dos 17%. Para piorar o quadro, o país transformou-se em exportador de capitais, transferindo para o exterior recursos líquidos no valor de 3,5% do PIB.

Politicamente incapaz de refazer seus velhos compromissos, o governo foi levado a uma progressiva paralisia, preso em sua própria armadilha financeira. Tendo em vista o desvio do meio circulante, as altas taxas de juros administrativos acabaram gerando riqueza financeira privada, transformada em maior liquidez e maior inflação e pressionando ainda mais o déficit público financeiro.

Neste sentido é que afirmamos que a crise dos anos 80 maximizou e foi consequência, ao mesmo tempo, da contradição básica da estratégia desenvolvimentista da relação do Estado com o mercado, imposta pelo compromisso assumido, já na década de 30, entre as várias e heterogêneas frações do nosso empresariado. Este fator eminentemente político é que fez da nossa crise econômica uma crise de Estado, e de nossa transição democrática, um lento processo de implosão do próprio *Estado desenvolvimentista*, de tal forma que, ao longo dos anos 80, as empresas privadas ajustaram-se financeiramente, acumulando lucros, gerando poupança e reduzindo o seu endividamento, usufruindo, como contraface perversa, do "desajustamento" progressivo que levou o setor público à falência e a autoridade político-econômica à mais completa paralisia, expropriada do último e decisivo instrumento: a política monetária.

Neste sentido, a crise financeira é a forma da crise do Estado, e sua solução transcende atualmente as possibilidades de qualquer política ortodoxa ou heterodoxa de ajuste. Não se trata de uma mera "crise de estabilização". Ela envolve a modificação das próprias regras políticas que viabilizaram, no passado, o sucesso de nossa industrialização. Sua solução escapa da autoridade econômica e implica uma redefinição profunda das relações entre o Estado, o empresariado e a sociedade como um todo. Implica uma revolução no pacto de dominação e uma reforma do Estado mais complexa e abrangente do que a que ocorreu nos anos 30, no início do ciclo desenvolvimentista.

Hoje, uma nova recentralização autoritária do poder já não parece uma solução eficaz. Pelo contrário, a nova crise abre portas a uma democratização marcada pela hegemonia das idéias antiestatais. Mas como na outra, esta reorganização do Estado já não se reduz a um mero ajuste fiscal, e o tamanho das dificuldades econômicas e financeiras não admite uma imediata "fuga para frente". As mar-

gens de manobra política e econômica são estreitas e a paralisia do Estado é crescente. Uma nova centralização autoritária está hoje na contramão da história. Ao contrário de 1930, nossas elites empresariais são cada vez mais liberais e menos desenvolvimentistas.

Mesmo os que pudessem defender, em nome da ordem ou da credibilidade, um Estado forte e autoritário, o rejeitam compreendendo que a simples centralização do poder já não substitui, neste momento, a falta de recursos. E se ela ocorresse, sob *manu militari*, inevitavelmente atropelaria algumas cláusulas básicas do novo consenso antiestatal e internacionalizante. Para começar, na falta de recursos externos, o Estado deveria realizar uma reforma financeira, que atingiria em cheio a riqueza mobiliária concentrada hoje no *open market*, movido pelos títulos da dívida pública. Por outro lado, os investimentos "desenvolvimentistas" neste momento têm *trade-off* inevitável com os recursos que historicamente soldaram os compromissos cartoriais. Daí o receio atual de nossas elites aos militares estatizantes e a sua defesa intransigente de uma política econômica cujo vetor aponta para a abertura internacional e a privatização da economia.

O problema, entretanto, vai além da vontade de nossas elites, extremamente heterogêneas. Hoje, todas as alternativas político-econômicas parecem mais difíceis devido à incapacidade estatal para definir novos horizontes e criar novos espaços de acumulação. Agrega-se ao estrangulamento financeiro o fato de que aquela função, típica do *Estado desenvolvimentista*, parece estruturalmente esgotada desde o momento em que se cumpriu a agenda própria do padrão de industrialização do pós-II Guerra Mundial. Até agora os horizontes eram nítidos e, de alguma forma, os passos e decisões cruciais obedeceram a um roteiro traçado pelas demais industrializações. A partir de agora já não existem setores básicos a serem constituídos, ainda quando devam ser preservados e expandidos, uma vez que a estrutura industrial brasileira se encontra praticamente consolidada. Por isso, indo além das dificuldades conjunturais e independentemente da ideologia privatizante, a verdade é que a intervenção estatal deve mudar de rumo. Mas isso tampouco parece fácil devido à enorme heterogeneidade de uma estrutura econômica e institucional onde cada bloco de capitais e setor de atividade está constituído segundo padrões e regras diferenciadas, o que repõe, frente ao Estado, o problema de uma diversidade que já não guarda nenhuma relação com a velha questão da dualidade do "atraso", mas que continuará dificultando qualquer comportamento homogêneo e constante por parte das agências reguladoras estatais. Como contraface disto, como é óbvio, o mecanismo clássico de absorção/incorporação dos interesses heterogêneos nos vários níveis do aparelho estatal perdeu sua abrangência, chamando a atenção para a flexibilidade limitada dos recursos incorporativos do *Estado desenvolvimentista*.

Compreende-se, neste sentido, por que todas as estratégias propostas pelas nossas elites empresariais para a solução da crise econômico-financeira voltam-se hoje contra o Estado, falido após realizar, nos anos 80, a maior socialização de perdas ocorrida na história brasileira. Entretanto, esta estratégia de cunho neoliberal se choca, na prática, com intensa resistência apresentada por vários segmentos setoriais, regionais e corporativos, das próprias elites empresariais comovidas pelo ideário liberal, mas velhos "aliados" cartoriais do pacto e da coalizão que sustentaram o desenvolvimentismo durante suas décadas de sucesso.

Nesse sentido, ao atacarem o Estado ao mesmo tempo que impedem sua reforma, nossos empresários revelam a natureza esquizofrênica do que foi. Durante estas décadas, sua articulação mútua. Uma relação que jamais se sustentou em

um projeto conjunto, nacional ou internacional que fosse, restringindo-se a uma convivência instrumental e predatória. Diante da crise atual do Estado, nossa elite comporta-se como Dorian Grey frente ao seu próprio retrato: propõe liquidar o estatismo, o empreguismo, o cartorialismo e a corrupção, sem querer reconhecer que estas "obsessões" são suas ou nasceram de sua peculiar relação com o Estado, mantida durante as longas décadas do desenvolvimentismo.

Nesta linha parece reforçar-se a hipótese de que estejamos vivendo hoje uma crise de Estado, análoga a outras que deram lugar às grandes inflexões do Estado brasileiro, mas original, uma vez que estão pesadamente em xeque as bases financeiras e políticas que alicerçaram a nossa industrialização. Daí a coincidência, em um mesmo plano e num mesmo tempo, de uma crise de governo, de regime e de Estado. Tudo parece apontar, a médio prazo, para uma erosão ou estilhaçamento do poder central que, embora venha ocorrendo de forma gradual, não consegue esconder sua natureza crua e violenta, feita de lutas e arbitragens que obedecerão, ainda por um bom tempo, mais à força bruta de cada um dos atores do que à constância neutra de regras consensualmente aceitas. Através destas lutas, aparentemente inglórias e sem heróis, estarão certamente sendo redefinidos pactos e coalizões e um novo padrão de financiamento que sustentarão a forma e a estratégia futura do Estado brasileiro.

Nessa direção, aliás, a experiência estabilizadora do Plano Cruzado, principal iniciativa político-econômica da Nova República, é extremante ilustrativa do que estamos afirmando. Naquele momento as autoridades econômicas apostaram o sucesso de seu plano em atores e comportamentos que jamais existiram em nosso mundo real. Uns, idealizando o comportamento racional dos empresários, e os outros acreditando em um Estado que foi apenas o dos seus sonhos ideológicos. Fracassaram sonhando com a Alemanha ou com o Japão, não importa, mas desconhecendo uma vez mais a verdadeira natureza da crise e dos seus principais atores. Desconheceram o pacto que estavam gerindo e não deram a devida atenção ao problema central do nosso padrão de financiamento, cuja expansão creditícia dependeu sempre da capacidade de endividamento do Estado e do seu poder de bancar, em última instância e através do aval do Tesouro, a emissão interna de dinheiro ou de dívida. Sabedores de que nunca fomos uma economia competitiva de mercado, nem nos industrializamos de forma prussiana ou japonesa, os formuladores do Plano Cruzado tentaram refazer, através de um máximo de voluntarismo tecnocrático, o nosso padrão de desenvolvimento através de um simples rearranjo monetário sem nem mesmo realinhar as alianças fundamentais responsáveis pelo que se estava tentando revolucionar.

Neste sentido, a experiência "cruzada" explicitou de forma pedagógica o que foi sempre uma tensão congênita no comportamento do *Estado desenvolvimentista*: dados seu padrão de financiamento e sua estratégia de crescimento com endividamento e estabilização periódica, fez-se cada vez mais difícil manter em operação, simultânea e centralizadamente, uma política de gasto e investimento que empurrasse a modernidade e escorasse o atraso, assegurando a demanda efetiva e mantendo a qualidade da infra-estrutura e dos serviços básicos, com uma moeda estável.

Retomando nossa argumentação e resumindo, na crise dos anos 80 — companheira de nossa transição democrática — como na dos anos 30, as dificuldades estruturais e os impasses conjunturais convergem e condensam-se em torno ao problema da reorganização do Estado. Nos anos 30, alinhavaram-se as coordenadas de nossa modernidade industrial e definiram-se as alianças e compromissos

responsáveis pelo *Estado desenvolvimentista*, cuja reforma conservadores e progressistas consideram hoje imprescindível, e cuja impotência atual está no epicentro das dificuldades de nossa transição democrática.

Assim pensam os conservadores quando em vários momentos da Nova República afirmam que "a redefinição do papel do Estado é talvez o maior desafio que o governo e a sociedade devem enfrentar nesse final de século" (*Jornal do Brasil*, 5/5/1988), ou quando nas palavras de um liberal pragmático, como o professor M.H. Simonsen, dizem que "acima de qualquer ideologia, o papel do Estado deve ser reajustado", impondo-se neste momento "não por um movimento ideológico, mas por um movimento pragmático", a privatização e a desregulação. O mesmo afirma o ministro Maílson da Nóbrega, ao sustentar que para o Brasil superar a crise atual e alcançar a modernidade "é chegada a hora de lançar as bases de um novo relacionamento entre o Estado e a sociedade".

Mas assim também pensam os progressistas, quando o senador F.H. Cardoso afirma em discurso pronunciado no Senado Federal que é preciso "modernizar as relações entre Estado, empresa e sociedade" eliminando "uma burocracia que em seu braço tradicional é preguiçosa e incompetente e no seu braço modernizante é tecnocrática". Ou quando o professor J.M. Cardoso de Mello, um dos pais do Plano Cruzado, reconhece em entrevista à *Folha de São Paulo* que o Brasil, para entrar em novo ciclo de desenvolvimento, terá que resolver suas questões básicas: "a relação do país com o capital estrangeiro e a redefinição das funções do Estado", concluindo que "há que desestatizar".

Obviamente, se todos consentem na necessidade de se reorganizar o Estado, democratizando, privatizando (onde possível) e desregulando (onde necessário), poucos são os que estão de acordo sobre por onde começar, a quem penalizar e para onde dirigir a ação seletiva do Estado reformado. Pelo contrário, é nesse ponto da agenda, conservadora ou progressista, que a tensão entre idéias, estratégias e interesses adquire sua maior intensidade. Se há nesse momento esta enorme convergência em torno à idéia da necessidade de reforma estatal, é no seu difícil encaminhamento que uns e outros se dividem internamente, sendo obrigados a realinhamentos pragmáticos que, no passado, converteram, muitas vezes, nossos democratas progressistas a um jacobinismo desenvolvimentista, associado em geral ao estatismo, no plano ideológico, e ao populismo, no plano tático-eleitoral. E nossos libero-conservadores, ao intervencionismo econômico e ao autoritarismo político, associado em geral ao jacobinismo militar, que foi, em última instância, o grande artífice de nosso Estado intervencionista, nem keynesiano nem social-democrata, mas desenvolvimentista ainda que cartorial.

Nesse ponto, esconde-se em parte o código que explica a racionalidade das incongruências decisórias de nosso poder constituinte, assim como das sinuosidades e impotências do governo Sarney, ocorridas a despeito da indiscutível hegemonia que gozam as idéias liberais, nesse momento, entre nossas elites conservadoras e grande parte de nossos intelectuais progressistas. Mas é neste ponto também que estão as principais incógnitas sobre o desenvolvimento possível de nossa transição e desta conjuntura crítica que se inaugura com a promulgação da nova Constituição brasileira e a eleição direta do presidente da República.

IV — Dilemas e perspectivas

Antes de avançar algumas hipóteses sobre as principais linhas de conflito

que anunciam o futuro, impõe-se uma breve sistematização dos traços que nossa tese confere à caracterização tipológica da transição democrática brasileira.

1) impõe-se redefinir nossa "transição sem ruptura" ou sem colapso, na medida em que ela se move ao ritmo de uma ruptura profunda e endógena: enquanto se transforma o regime, está entrando em colapso o próprio Estado.

2) como consequência, devemos ter presente que a transição brasileira aponta não apenas para um novo regime político, mas também para uma transformação orgânica do Estado, tanto em sua base institucional quanto em seu padrão de relacionamento com a sociedade e com os mercados nacional e internacional. Um verdadeiro processo *State building*, o que coloca a dificuldade de estarmos definindo as regras, os espaços, os instrumentos e os mecanismos de mediação de conflitos simultaneamente à intensificação dos próprios conflitos, fortemente concentrados em torno aos problemas de incorporação/participação política e de distribuição de renda e de riqueza. Neste sentido, faz parte da reforma estatal o que seria uma condição necessária ao seu bom encaminhamento de construção de um novo sistema de representação de interesses, os quais, entretanto, devido à natureza da crise, ainda não encontram suas verdadeiras identidades e organizações, criando um forte desajuste entre partidos, coalizões ideológicas e blocos de interesse econômico. Desajustes e fluidez que, como é óbvio, não só ressuscitam esquemas passados, mas, sobretudo, desvelam o núcleo central de todas as dificuldades: o Estado e o sistema partidário aparecem nesta transição como sujeitos e objetos da mesma transformação, esteja ela passando pelo processo constituinte, pelas políticas governamentais, pelos processos eleitorais ou pelos sucessivos — e até agora frustrados — pactos sociais.

A partir daí, parece-nos possível identificar alguns pontos nevrálgicos do futuro que se avizinha. Conflitos que, se mantêm a todo momento a possibilidade de uma reversão autoritária, também podem estar desenhando o perfil de uma nova modernidade democrática.

Na Constituição de 1988, três capítulos anunciam problemas especialmente agudos e recortam espaços inevitáveis de conflito: os que tratam da organização do Estado, do sistema partidário e da ordem econômica. De certa maneira, a Constituinte avançou, como já dissemos, uma reforma estatal, fortalecendo o federalismo e o poder legislativo, contra um Executivo que perdeu grande parte dos recursos de poder que lhe permitiram o comando da estratégia desenvolvimentista. Premida por pressões fragmentadas e descontínuas, a Constituinte deu ganho de causa, nesta matéria, ao clima liberal e antiestatal dominante em nossas elites políticas. Mas, ao fazê-lo, foi contraditória, submetendo-se, ao mesmo tempo, à preservação do regime presidencialista de governo, às pressões dos setores mais atrasados que viram no parlamentarismo uma ameaça ao sistema cartorial, costurando ao passado o apoio social e eleitoral — quando necessário — do *Estado desenvolvimentista*. Com isto, o poder constituinte deixou plantada a semente de um conflito no interior do próprio Estado o qual deverá ampliar-se na década de 90.

Por outro lado, na medida em que a nova Constituição manteve o sistema exclusivo do voto proporcional, preservou as regras eleitorais que no passado condicionaram o nosso sistema partidário: multipartidário na forma, porém bipolarizado na realidade. Uma polaridade que, por cima das siglas, colocou — quase sempre em termos plebiscitários — em um extremo o situacionismo poliforme e no outro, a grande massa dos excluídos de toda espécie, aglutinados, na ausência de partidos de massa, por variadas lideranças carismáticas, de cunho às vezes pro-

gressista, mas quase sempre conservadoras. Bipolaridade radical que, desconhecendo partidos, fez da alternância de poder uma incógnita responsável pela desestabilização permanente de todas as nossas experiências democráticas. Uma polaridade enfim que já travestiu-se de várias linguagens, mas que quase sempre conduziu à disjuntiva: ou a ordem ou as massas.

Finalmente no capítulo relacionado à ordem econômica, nossos constituintes, mais atentos às pressões corporativas do que ao aparente consenso ideológico neoliberal, aprovaram um texto que consagra várias formas de protecionismo e estatismo que se transformarão, de imediato, em obstáculos legais à estratégia econômica proposta e vitoriosa com o novo presidente recém-eleito. Pode-se, portanto, prever com razoável certeza um choque de proporções, em torno desses temas, capaz de transformar-se em um confronto aberto entre os poderes executivo e legislativo.

Desse ponto de vista, a luta central em torno da nova forma, funções e destino do Estado não se conclui, em nosso entender, com a promulgação da nova Constituição. Para nós, os conflitos se agravarão com a legislação complementar e alcançarão sua máxima intensidade no momento em que sua aplicação comece a atingir os macro-"agregados de interesses", públicos ou privados. Confrontos que ganharão força ainda maior caso acelere-se a crise econômica, na forma de hiperinflação, aumentando a incerteza e a ingovernabilidade. Se isto acontece, o próprio descalabro inflacionário obrigará a um "ajuste" que deverá passar pela reforma da Constituição e recairá sobre grupos de interesses bem mais resistentes hoje que foram no passado, como é o caso notório dos assalariados e de sua organização sindical, mas é também o caso de velhos e consolidados interesses incrustados na burocracia do Estado.

E isto porque, como dissemos, este ajuste feito sob a pressão de uma crise do padrão de desenvolvimento envolve, além de reformas administrativas, uma arbitragem que afetará de imediato a imensa riqueza financeira acumulada nos anos 80 e implicará, num prazo mais longo ainda, a redefinição das regras de valorização política do capital que vigiram no país durante mais de meio século.

Esta luta tampouco acabou com as eleições presidenciais. Prosseguirá no plano legal e no plano econômico, mantendo-se um alto grau de indefinição sobre seus rumos futuros, na medida em que:

- 1) se desconhece ainda o grau de lealdade à democracia que manterão os grupos afetados pelas políticas estabilizadoras do novo governo;
- 2) a despeito da forte convergência neoliberal existente entre nossos maiores empresários e certos setores intelectuais coincidentes com as propostas visíveis do novo governo, não se tem conseguido ultrapassar o plano das idéias e dos modelos, gerando um plano de governo consistente e com ampla base de apoio empresarial e social;
- 3) mesmo ao nível empresarial, as identidades estão pouco nítidas e as coalizões são altamente gelatinosas e defensivas, não conseguindo destilar consenso estratégico em torno de um projeto nacional de longo prazo, que inclua, desta vez, pelo menos uma maior preocupação com o povo;
- 4) a redefinição do papel do Estado, que todos os vitoriosos, com raras exceções, querem ver diminuído, fica difícil quando se quer também um Estado suficientemente forte para prover as consolidações, ajustes e transformações necessárias e inevitáveis neste mesmo curto prazo.

O certo é que a ação do novo governo deverá mover-se, como dizem, dentro do quadro legal marcado por um Executivo fragilizado e um Legislativo inse-

guro, movendo-se ambos segundo regras novas e não completamente esclarecidas. Neste contexto é que o novo presidente da República deverá enfrentar o problema central que, de imediato, definirá os caminhos futuros da crise política: o descontrole da moeda e a indefinição de nossa próxima estratégia desenvolvimentista. Tarefa hercúlea na medida em que supõe força e decisão para penalizar interesses, refazer compromissos, recompor alianças e remontar pelas raízes um Estado que se quer eficiente, democrático e protetor do interesse geral, aí incluída a grande maioria do povo até hoje marginalizada das formas mais elementares da cidadania.

De imediato, Collor de Mello enfrentar-se-á com a disjuntiva posta por sua peculiar situação de presidente eleito sem uma organização partidária nacional e com uma minúscula bancada parlamentar. Se se negar, como vem fazendo, a todo tipo de composição, deverá enfrentar-se com o poder legislativo utilizando como arma a mobilização direta da opinião pública que lhe tem sido favorável. Caminho tradicional das lideranças populistas e inorgânicas, que já, mais de uma vez, conduziu-nos a retrocessos autoritários. Se, por outro lado, aceitar as composições necessárias à montagem de uma base parlamentar majoritária, é provável que diminua seu poder de arbítrio sobre grupos e interesses extremamente fragmentados.

De qualquer forma, este problema se colocará de imediato, na medida em que este como qualquer outro governo, hoje, no Brasil, ou decifra a esfinge inflacionária ou rapidamente enfrentar-se-á com uma opinião pública desfavorável, disposta a castigá-lo eleitoralmente em outubro de 1990, quando estarão sendo renovados parte do Senado, a totalidade do Congresso e todos os governadores de estado e câmaras estaduais.

Neste momento, parece claro que a estratégia para enfrentar a crise será quase rigorosamente ortodoxa ou neoliberal. Propõe choque fiscal e tarifário imediato com desindexação de preços e salários. E postula reformas de maior fôlego, abrangendo o fim dos subsídios, a diminuição de todas as formas de proteção de mercados, a liberação das importações e a privatização da maioria das empresas estatais, com eventual externalização de ações em troca de dívida. Um projeto que deverá enfrentar grandes resistências no interior do setor público, junto aos assalariados, em grande parte do empresariado "protegido" e, finalmente, no próprio Congresso Nacional.

Nessa perspectiva, deve-se esperar uma intensificação dos conflitos sociais, com virtual aumento da violência, paralisação de serviços e atividades públicas fundamentais e uma resistência parlamentar crescente.

O presidente poderá jogar todas as suas fichas na renovação do Congresso, postergando sua administração até as novas eleições; ou poderá afastar-se das eleições jogando a responsabilidade de seu eventual insucesso sobre o Congresso Nacional. O que parece certo é que a ineficácia será punida e, portanto, rigorosamente evitada. E esta eficácia se medirá em termos de taxa de inflação, manutenção dos salários e crescimento. Qualquer coisa diferente disto vai requerer o uso crescente da violência, a menos que se acredite na permanência do poder mágico do voto.

O problema maior que vemos neste momento é o isolamento da figura presidencial, somado a uma visão extremamente tecnocrática do que possa ser a solução de nossos problemas políticos. Se a tese de nosso artigo está correta, não se conseguirá substituir a ausência de um projeto nacional por soluções "tecno-

cráticas" e sem sustentação política. Neste caso, na melhor das hipóteses, repetir-se-ão os problemas enfrentados pelos planos anteriores de estabilização.

Sem um novo projeto nacional seguiremos, em nosso entender, o caminho da inflação e da desintegração do tecido social. Neste caso, haverá três alternativas: um retorno à arbitragem militar; uma experiência inovadora de pacto social; e por fim, a antecipação da reforma constitucional que permitiria interromper o mandato do atual presidente pela substituição do presidencialismo por uma forma de governo parlamentar.

Com relação à alternativa militar, ela nos parece vetada a curto prazo. Talvez porque ainda pese o estigma de seu fracasso econômico mas, sobretudo, porque também entre os militares alastra-se a consciência da profundidade da crise do Estado e da pouca nitidez das várias alternativas de solução que se afiguram no debate político-ideológico-econômico. Não apenas elites civis e os intelectuais estão perplexos. Os militares também estão divididos entre distintas estratégias possíveis. E todas elas envolvem transformações em um dos pilares de suas várias e difusas ideologias: o Estado. Sendo que, *last but not least*, os militares jamais foram chamados para arbitrar uma desvalorização tão pesada de riquezas.

Com relação à alternativa do pacto social corporativo, ela fracassou em suas várias tentativas durante o governo Sarney. Pode mesmo vir a ser uma condição indispensável de governabilidade quando se esgotar a credibilidade bonapartista do novo presidente. Enfrenta, entretanto, dificuldades de monta como encaminha-mento arbitral de mais longo prazo. Sem nos determos em um tema que justifica uma discussão à parte, e sem desmerecer o caráter germinal que esta iniciativa pode ter para a reformulação das relações Estado-economia no Brasil, não podemos deixar de destacar a natureza ainda fragmentária e pouco representativa de muitas das corporações envolvidas na discussão do pacto, além do enorme peso do mercado informal e inorgânico de trabalho. Em especial, não sabemos como se poderá precisar a divisão interna do principal interlocutor nas negociações: o próprio governo.

Com relação à alternativa parlamentarista, é de se supor que ela não aconteça antes das próximas eleições parlamentares e que encontre uma enorme resistência da Presidência da República e de vários outros setores políticos. Isso poderia transformar essas eleições em um plebiscito em torno da figura presidencial, dispensando-a do envolvimento nos detalhes e acordos regionais que acompanham inevitavelmente este tipo de eleições. Mas o preço seria uma instabilização prolongada da economia e política nacionais.

Todas as alternativas, neste sentido, parecem extremamente difíceis porque nossa transição democrática, ao conviver com a crise orgânica do Estado, repõe hoje, em toda sua intensidade, uma tensão permanente que acompanhou toda a história desenvolvimentista, entre o voto, a moeda e o crescimento².

Hoje, a hora final do Estado desenvolvimentista se anuncia na exasperação deste conflito. Mas há uma novidade no ar. O antiestatismo de nossas elites é mais radical apesar de ser maior que sua aversão ao autoritarismo. Mas por isso, é possível pensar agora que nossa nascente democracia possa sobreviver sustentada na irreconciliabilidade de seus interesses mais do que na sua real disposição em aceitar o exercício de livre competição e alternância do poder. Talvez se façam ou permaneçam democratas pelo seu ódio irracional ao Estado que os fez empresários.

(2) No início da década de 30, Lindolfo Collor, avô do atual presidente eleito e ministro do trabalho de Getúlio Vargas, analisa as divergências internas da Aliança Liberal, vitoriosa na Revolução de 30, como "simples questões adjetivas ligadas a questão do voto secreto e à orientação da política financeira". O que o próprio Vargas complementaria oito anos mais tarde, no momento em que suprimia o voto e instalava o Estado Novo — primeira forma autoritária de Estado desenvolvimentista —, ao dizer que "nenhuma política financeira poderá vingar sem a coexistência paralela de uma política de desenvolvimento econômico".

José Luis Fiori é cientista político e professor titular do Instituto de Economia Industrial da UFRJ.